

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO OÁSIS EM APUCARANA-PARANÁ A PARTIR DE UM OLHAR PRAGMATISTA

THE EXPERIENCE OF THE OASIS PROJECT IN APUCARANA-PARANÁ FROM A PRAGMATIST VIEW

LA EXPERIENCIA DEL PROYECTO OASIS EN APUCARANA-PARANÁ DESDE UNA MIRADA PRAGMATISTA

Chayne de Lima Pereira Mahnic¹ 
Diego Fiel Santos² 

Submissão: 01/06/2022 / Aceito: 30/08/2022 / Publicado: 30/01/2023.

RESUMO

Este estudo buscou compreender as ações para a concepção e implementação do Projeto Oásis a partir dos dispositivos constituídos em uma perspectiva da interação humano e não humano, considerando a experiência dos atores sociais de Apucarana, Paraná. A escolha do Projeto Oásis para a realização de um estudo desenvolvido a partir da análise pragmatista se deve ao fato dessa política pública envolver a participação e a ação de diversos atores sociais e figuras não humanas. Parte-se do princípio de que a constituição dos dispositivos do projeto envolve a governança de relações estabelecidas entre os atores sociais e o seu envolvimento com a figura dos não humanos. Com base nos relatos e experiência vivenciada pela investigação é possível observar a prática como fator imbricado na relação de interações entre os proprietários rurais, agentes públicos e a água, e ambos estão envolvidos em uma experiência de convívio e de dependência para que possa existir a manutenção consensual e adequada do meio em que as interações são desenvolvidas. A água acaba sendo representada e representando o foco da atuação nas interações configuradas na situação de concepção e manutenção do Projeto Oásis.

Palavras-chave: Projeto Oásis. Recursos hídricos. Pagamento por Serviços Ambientais. Pragmatismo.

ABSTRACT

This study sought to understand the actions for the conception and implementation of the Oasis Project from the devices constituted in a perspective of human and non-human interaction, considering the experience of social actors in Apucarana, Paraná. The choice of the Oasis Project to carry out a study based on pragmatist analysis is due to the fact that this public policy involves the participation and action of various social actors and non-human figures. It is assumed that the constitution of the project's devices involves the governance of relationships established between social actors and their involvement with the figure of non-humans. Based on the reports and experience of the investigation, it is possible to observe the practice as an imbricated factor in the relationship of interactions between rural landowners, public agents and water, and both are

¹Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: chaynemahnic@hotmail.com

²Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: diegoufs@yahoo.com.br



involved in an experience of coexistence and dependence so that there can be consensual maintenance and appropriate to the environment in which interactions are developed. Water ends up being represented and representing the focus of action in the interactions configured in the design and maintenance situation of the Oasis Project.

Keywords: Oasis Project. Water resources. Payment for Environmental Services. Pragmatism.

RESUMEN

Este estudio buscó comprender las acciones para la concepción e implementación del Proyecto Oasis desde los dispositivos constituidos en una perspectiva de interacción humana y no humana, considerando la experiencia de los actores sociales en Apucarana, Paraná. La elección del Proyecto Oasis para realizar un estudio basado en análisis pragmático se debe a que esta política pública involucra la participación y acción de diversos actores sociales y figuras no humanas. Se asume que la constitución de los dispositivos del proyecto implica la gobernanza de las relaciones que se establecen entre los actores sociales y su involucramiento con la figura de los no humanos. A partir de los relatos y experiencia de la investigación, es posible observar la práctica como un factor imbricado en la relación de interacciones entre propietarios rurales, agentes públicos y agua, y ambos se ven envueltos en una experiencia de convivencia y dependencia para que el mantenimiento pueda existir consensualmente y adecuados al entorno en el que se desarrollan las interacciones. El agua acaba siendo representada y representando el foco de actuación en las interacciones configuradas en la situación de diseño y mantenimiento del Proyecto Oasis.

Palabras clave: Proyecto Oasis. Recursos hídricos. Pago por servicios ambientales. Pragmatismo.

INTRODUÇÃO

O município de Apucarana, no Paraná, vivenciou uma experiência de política ambiental inédita para a grande parte dos municípios brasileiros. Entre 2009 e 2012, com a implementação do Projeto Oásis, adotando o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o município buscou promover a melhoria da qualidade de vida e o aumento da quantidade de águas, através do apoio financeiro concedido a proprietários de terras para o reflorestamento de nascentes existentes em suas propriedades.

Considerando que o Projeto Oásis foi o primeiro programa ambiental que envolveu a aplicação do instrumento econômico PSA em âmbito local no estado do Paraná e a segunda iniciativa no Brasil (a primeira foi realizada na região metropolitana da capital paulista – São Paulo), torna-se importante compreender, através da ação, os efeitos que perfazem a realidade de uma política pública. Para tanto, o estudo possui como objeto de análise a política pública denominada Projeto Oásis, o qual foi desenvolvido em Apucarana, no Paraná.

Uma política pública corresponde a um conjunto de ações que são materializadas como uma prática governamental, de modo a contemplar os interesses que envolvem as questões públicas (SOUZA, 2006). Na área ambiental, Mahnic, Santos e Van Bellen (2020), afirmam que o



agir governamental deve ser voltado ao desenvolvimento sustentável, à conservação e à preservação do meio ambiente, sendo possível por meio de arranjos institucionais e governanças que consideram os princípios da sustentabilidade. É a partir das ações governamentais com o envolvimento de diferentes atores que busca-se propor novas ou mudanças nas políticas públicas. Neste sentido, compreendemos que o desenvolvimento deste estudo deve realizar uma análise a partir da lente pragmatista, de modo a possibilitar uma melhor abrangência e visão das ações que envolvem a concepção e implementação do Projeto Oásis por meio da experiência vivenciada pelos atores envolvidos.

A escolha do Projeto Oásis para a realização de um estudo desenvolvido a partir da análise pragmatista se deve ao fato dessa política pública envolver a participação e a ação de diversos atores sociais e figuras não humanas. O delineamento da ação governamental envolve uma relação de interação entre assuntos humanos e não humanos, cujo objetivo de melhoria da qualidade de vida da sociedade de Apucarana depende do fator não humano – que é a água. A compreensão dos fenômenos sociais relacionados à adoção da presente política pública inclui a análise dos não humanos, os quais ganham importância no entendimento das experiências nas relações entre humanos e não humanos (REZENDE, 2017). No caso estudado, fica evidente a importância do não humano para o desenvolvimento do Projeto Oásis pelo fato de Apucarana ser conhecida como “Cidade das Águas”, devido a abundância do recurso hídrico no município, abrangendo mais de 100 cursos d’água, entre lagos, rios, córregos e nascentes (OLIVEIRA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2014).

O conhecimento obtido por meio da realidade busca compreender o significado constituído a partir da clareza de apreensão do objeto, que, segundo Peirce (1878, p. 13), nos conduz a considerar “quais os efeitos, que podem ter certos comportamentos práticos”. Entender os efeitos de determinadas realidades com base na prática pode elucidar a compreensão de determinados significados apresentados pela realidade vivenciada. Com base nessa perspectiva, o estudo almeja compreender as ações para a concepção e implementação do Projeto Oásis a partir dos dispositivos constituídos em uma perspectiva da interação humano e não humano, considerando a experiência dos atores sociais de Apucarana, Paraná. Para tanto, o trabalho buscou identificar os dispositivos criados para a realização do Projeto Oásis; apresentar a relação existente entre humanos e não humanos na realização e implementação do projeto; e descrever a situação configurada a partir da prática para a constituição do programa ambiental.



Parte-se do princípio de que a constituição dos dispositivos do Projeto Oásis envolve a governança de relações estabelecidas entre os atores sociais e o seu envolvimento com a figura dos não humanos. No caso analisado, os humanos deixam claro a importância do fator não humano para atingir o objetivo da política pública, de modo a destacarem a figura não humana como condicionante que influencia a constituição da ação pública em pauta. Nesse sentido, é importante compreender os dispositivos por meio da experiência vivenciada por determinados atores sociais na concepção e implementação da política pública, a partir de foros participativos e deliberativos relacionados aos procedimentos envolvidos com o poder público (CEFAI, 2011).

O presente estudo está organizado a partir de sua seção de introdução, que situa o leitor através da apresentação do objetivo e problemática da pesquisa, seguida da segunda seção que trata dos procedimentos metodológicos, abrangendo a explicação do método pragmatista enquanto abordagem de orientação para a realização da pesquisa. A terceira seção versa sobre a fundamentação teórica, que busca apresentar, da teoria pragmatista, os conceitos sobre situação, dispositivos e não humanos. A seção número quatro corresponde à apresentação dos pontos relevantes sobre o Projeto Oásis no município de Apucarana, no Paraná, e seus dispositivos, de modo a situar a política pública a partir de sua elaboração e implementação. A quinta seção aborda a apresentação dos conteúdos que envolvem a análise da experiência constitutiva do Projeto Oásis através dos atores sociais envolvidos, de modo a contemplar a interação entre humanos e não humanos. Por último, a seção seis concerne às considerações finais.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Segundo Dewey (1980, p. 164), “o pesquisador científico fala e escreve a respeito de eventos e qualidades particulares observados, a respeito de cálculos e raciocínios específicos, [...] não se refere à experiência”. Por esse motivo, é importante observar a ação através das experiências apresentadas, de modo que se possa traçar e utilizar técnicas metodológicas que incluam “aquilo que os homens fazem e padecem, aquilo que eles se esforçam por conseguir, amam, creem e suportam, e também como os homens agem e sofrem a ação, as maneiras pelas quais eles realizam e padecem, desejam e desfrutam, veem, creem, imaginam” (DEWEY, 1980, p. 167). Sendo assim, este trabalho adotou uma estratégia de investigação que viabilizasse o alcance dos “processos de experienciar” (DEWEY, 1980, p. 168) em uma perspectiva indutiva de compreensão do fenômeno social analisado.



Por ser um estudo que busca compreender a ação a partir da experiência e interpretar sua significação, é necessário enfatizar que os pesquisadores não utilizaram um modelo prévio de análise de dados. Porém, mesmo sendo uma pesquisa de base pragmatista, é importante ressaltar que não existe uma demissão teórica, já que os pesquisadores possuem uma base de conhecimento teórico que auxilia no processo indutivo de realização do estudo.

O primeiro passo para realização do trabalho foi o levantamento de documentos relacionados ao projeto. Foi realizada uma exploração de atas, leis, portarias, regulamentos, decretos, matérias jornalísticas, manuais, entre outros documentos escritos que possibilitaram situar os pesquisadores sobre o contexto do Projeto Oásis. A fonte de acesso desses documentos foram os sites das entidades que estavam envolvidas direta ou indiretamente com a unidade analisada, que possibilitaram a obtenção de arquivos digitais. As informações iniciais extraídas dos documentos permitiram a obtenção de uma base de conhecimento sobre o projeto, auxiliando na etapa de entrada em campo para a investigação *in loco*.

O segundo passo da pesquisa foi a realização de seis entrevistas semiestruturadas exploratórias via telefone, *e-mail* e contato pessoal, visando conhecer o programa ambiental em estudo e esclarecer algumas questões elementares sobre o mesmo. A partir dessa etapa foi possível delinear os objetivos do estudo e prosseguir para a próxima etapa da investigação.

Na terceira etapa de investigação foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas que tiveram por base o conhecimento obtido através dos documentos levantados e das entrevistas exploratórias. O material coletado nas etapas anteriores permitiu a averiguação com a obtenção de informações junto a atores envolvidos no processo de constituição e implementação do Projeto Oásis. Nessa etapa foram realizadas diferentes formas de contato para a realização da comunicação com as partes envolvidas no projeto. Os representantes das entidades responsáveis pela organização e desenvolvimento do projeto foram contatados através de *e-mail*, telefone e visita presencial. O contato com os produtores rurais foi realizado através de visitas presenciais, de modo a contemplar informações sobre a experiência vivenciada pelos mesmos na concepção e implementação do Projeto Oásis. Nessa etapa também foi possível observar o cenário que envolve a relação entre humanos (proprietários rurais) e não humanos (água), além de coletar imagens fotográficas. As entrevistas realizadas através das visitas presenciais foram gravadas e os pesquisadores possuíam um bloco de notas para o registro de informações que considerassem pertinentes e os auxiliassem na análise do conteúdo.



Dando sequência a investigação, após a realização das entrevistas, as que foram gravadas tiveram seu conteúdo transcrito para a análise posterior dos pesquisadores. A partir das informações transcritas e das registradas no bloco de notas, foram selecionados os trechos das entrevistas que deram suporte a compreensão da ação que envolve a constituição e implementação do Projeto Oásis em uma relação de interação entre humanos e não humanos. A análise do conteúdo teve o suporte do conhecimento conceitual proporcionado pela teoria pragmatista, que possibilitou, através do material coletado, contemplar o objetivo da pesquisa voltado para a unidade de análise correspondente ao Projeto Oásis.

ABORDAGEM PRAGMATISTA

Situação

Ao buscar compreender as ações humanas a partir de suas práticas é necessária uma devida abordagem que envolve a apreensão da situação. Para a análise pragmatista, a situação representa a delimitação de um certo momento em que ocorreu uma série de acontecimentos que retratam a prática. A situação corresponde a um período em que algo ocorre diante de uma posição ocupada por diversos elementos. A circunstância em que esses elementos são apresentados e estão dispostos retrata uma conjuntura de acontecimentos que moldam a situação. Entender a situação é perceber o rompimento com a ideia de um mundo social baseado em um sistema de regularidade e linearidade, de modo que a situação possibilita a representação de um recorte da realidade que é fruto de objeto de investigação.

A situação envolve a interação entre atores que estão em uma relação de ações que permeia coordenação e poder através do convívio. De acordo com Caitano (2016), cada situação é relevante em suas particularidades, sendo que a situação particular envolve a capacidade de raciocinar sobre as posições a serem consideradas diante desta capacidade. Assim, são configuradas situações específicas de um raciocínio a ser estabelecido a partir do indivíduo e sua interação com os demais atores. A ação é baseada em um momento oportuno, que possibilita agir de forma prudente, ao considerar o momento adequado, a partir da oportunidade e situação favorável. As escolhas a serem tomadas, após análise e reflexão em momentos específicos ou delimitados, são consideradas a partir da avaliação de situações oferecidas por meio das alternativas possíveis. Nesse contexto, a situação compreende o encadeamento entre prudência, contingência, tempo oportuno e deliberação.



A análise da situação a partir da influência pragmatista se constitui a partir das perspectivas e experiências dos atores. Cada situação representa momentos que apresentam uma relação com as interações de convívio, e, de acordo com Girin (1990), ocorre a partir da reunião de participantes em um determinado tempo para a decisão de ação coletiva. Para Caitano (2016, p. 100), a “noção de análise situacional pode ser considerada um quadro de análise pontualmente viável para uma pesquisa sobre bases pragmatistas, sobre a ação e a interação dos atores”. A análise da situação envolve a relação entre participantes e uma determinada extensão espacial e temporal, sendo que, de acordo com Quéré (2005), o tempo e o espaço devem ser considerados a partir de perspectivas distintas enquanto elementos envolvendo os acontecimentos e fatos. Como constatado anteriormente, os elementos da situação envolvem tempo, espaço, pessoas e atores não humanos (GIRIN, 1996).

A ação, prática, será estabelecida a partir de uma situação que se desenvolve em um espaço no qual estão disponibilizados os dispositivos, estruturas, artefatos e informações. A partir desses elementos em um tempo, a situação é posta em momentos inicial e final, que determinam sua periodicidade. Conforme Girin (1996), a situação também é influenciada pela representação de alguém a partir de outros participantes fisicamente presentes no espaço e tempo em que ela ocorre. A dinâmica das situações se estabelece a partir dos participantes, sendo representados por meio das ações desempenhadas no momento delimitado no espaço e tempo, considerando a interação deles com os objetos e artefatos existentes (QUÉRÉ, 1997). Os acontecimentos estão em torno das ações práticas determinadas em cada situação, sendo importante constatar o começo e o fim de cada realização.

A situação, de forma genérica, corresponde a motivos que envolvem a conduta social que referenciam as ações e o discurso dos outros. A situação, como se apresenta, procura integrar e promover um conjunto diverso de ações sociais com referência à situação, de acordo com o padrão normativo de expectativa (MILLS, 1940). Cada situação pode ser compreendida pelos vocabulários específicos utilizados e que retratam os motivos para determinada situação. De acordo com Mills (1940), nas configurações de cada situação, uma palavra, um motivo, correspondem a um significado para os membros, que se torna uma resposta inquestionável perante a conduta social.



Dispositivos

A dimensão dos dispositivos e o seu lugar na vida social começou a receber atenção das ciências sociais a partir do final dos anos 1970. Segundo Dodier e Barbot (2017, p. 488), o conceito de dispositivo foi utilizado com a finalidade de refletir “agenciamentos de elementos heterogêneos que não podem ser reduzidos a nenhuma das grandes categorias de seres sociais geralmente estudados pelas ciências sociais”.

Considerando o agenciamento entre elementos heterogêneos, Dodier e Barbot (2017) propuseram uma nova análise sociológica, evidenciando o trabalho normativo dos atores em torno dos dispositivos. Para os autores, trabalho normativo significa “as avaliações, positivas ou negativas, que os indivíduos sustentam de modo explícito sobre os estados de coisas”. Assim, nessa nova estratégia, a heterogeneidade de agenciamento corresponde a “seguir os indivíduos quanto aos elementos do dispositivo que eles problematizam e que consideram como pertinentes em suas avaliações” (DODIER; BARBOT, 2017, p. 491).

A abordagem processual dos dispositivos, de Dodier e Barbot (2017, p. 496), considera o dispositivo como “um encadeamento preparado de sequências, destinado a qualificar ou a transformar estados de coisas por intermédio de um agenciamento de elementos materiais e linguísticos”.

É importante considerar a extensão temporal na implementação dos dispositivos. Por apresentarem consistência interna, os dispositivos preparam encadeamentos, significando “dar-se os meios para pensar graus de coerção variáveis, desde uma sucessão praticamente imparável de etapas até uma multidão de bifurcações possíveis” (DODIER; BARBOT, 2017, p. 496). Para Dodier e Barbot (2017), a temporalidade diz respeito a todos os humanos que se relacionam com os dispositivos – aqueles que participam da sua realização e aqueles que são alvos deles.

Dodier e Barbot (2017), em sua abordagem, também resgatam a noção de que um dispositivo carrega consigo finalidades, as quais são desenvolvidas para que um grande número dentre elas possa encontrar o seu lugar no dispositivo.

A definição [de dispositivo] não aprisiona a análise em um modelo funcional, mas abre-se para uma abordagem atributiva de finalidades. A noção de qualificação de estados de coisas acentua a finalidade idiomática de dispositivos. Ela remete ao fato de que certos dentre eles podem ser dispositivos de “provas” (épreuves) (Boltanski & Thévenot, 1991; Barthe et al., 2013). A noção de transformação acentua a ação – linguística ou não – do dispositivo sobre o estado de coisas e sobre o fato de que essas transformações podem revelar-se centrais do ponto de vista das finalidades que lhes são atribuídas (DODIER; BARBOT, 2017, p. 497).



Por fim, cabe ressaltar que, de maneira semelhante a outros estudiosos que conceituaram o termo dispositivo, Dodier e Barbot (2017) sustentam a especificidade ontológica dos seres sociais assim designados e a vontade de desenvolver um método específico de investigação sobre eles, não esquecendo de outros seres sociais, que encontram-se presentes no trabalho normativo em volta dos dispositivos. Para os autores, a relação dos indivíduos com os outros seres sociais se modifica quando os primeiros são levados a se posicionar vis-à-vis com os dispositivos. Nesse sentido, a contribuição da abordagem proposta pelos autores reside na identificação, através da força dos dispositivos, das reorganizações prováveis da relação como o conjunto dos seres sociais.

Não humanos

As obras baseadas nas análises reducionistas não são suficientes para dar conta da realidade dos indivíduos e dos coletivos humanos, uma vez que é necessário analisar os vínculos que estes possuem com os inúmeros não humanos e as transformações que resultam dessas interações. Todos os não humanos importam para os humanos. As relações que os indivíduos travam com os não humanos são uma parte deles mesmos. Os humanos desenvolvem instituições, invenções e sistemas como forma de auxiliar sua manutenção enquanto coletivo de convívio, de modo que suas ações são influenciadas pelas intervenções dos não humanos (HOUDART; THIERY, 2011).

Para Houdart e Thiery (2011), as relações entre humanos e variados não humanos, como objetos técnicos, ferramentas, animais, vegetais, obras de arte, arquiteturas, entidades sobrenaturais ou figuras religiosas, revelam que os não humanos podem ser: criados pelos indivíduos ou já existentes anteriormente; auxiliares dos humanos, que eles disciplinam e reparam quando necessário; um problema, desafiando e obrigando os indivíduos a aprender com eles; visíveis e invisíveis.

Houdart (2015) considera que os não humanos têm sua própria palavra a dizer na relação e nada é, de modo algum, predeterminado. Pesquisas simétricas revelam que, do mesmo modo que a relação entre dois ou mais humanos, a relação entre humanos e não humanos é marcada por incertezas, indecisões e negociações. Na relação entre humano e não humano, os limites ontológicos (como eles se definem essencialmente) são analisados e as suas descrições produzem efeitos de desestabilização interessantes.

Segundo Rezende (2017), os objetos e não humanos adquirem importância na explicação dos fenômenos sociais, sendo configurados como pontos de apoio para as ações constituídas em



cada situação. Portanto, a ação dos não humanos deve ser considerada na análise das interações que são realizadas no universo dos indivíduos e dos coletivos humanos.

PROJETO OÁSIS E DISPOSITIVOS

O município de Apucarana, no Paraná, vivenciou uma experiência de política ambiental inédita para a grande parte dos municípios brasileiros. Entre 2009 e 2012, com a implementação do Projeto Oásis, adotando o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o município buscou promover a melhoria da qualidade de vida e o aumento da quantidade de águas, através do apoio financeiro concedido a proprietários de terras para o reflorestamento de nascentes existentes em suas propriedades. Sendo assim, o Projeto Oásis constituía um dispositivo, conforme o conceito de Dodier e Barbot (2017), uma vez que seu objetivo era regular ações impróprias dos humanos em relação ao meio ambiente.

O Projeto Oásis Apucarana foi instituído através da Lei Municipal nº 058/09 (APUCARANA, 2009b), dispositivo que além de dispor da criação do programa no município paranaense, autorizava o Executivo Municipal a prestar apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais e dava outras providências. De acordo com esse dispositivo, o financiamento do projeto ficou

por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente e futuros provenientes de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente; ICMS Ecológico das unidades de Conservação; RPPNs – Reserva Permanente do Patrimônio Natural; parte das multas ambientais aplicadas pelo Ministério Público e/ou órgãos competentes e mediante Convênios a serem firmados com ONGs (Organizações não Governamentais) e outras entidades (APUCARANA, 2009b).

A formulação e implementação do projeto contou com a articulação e participação de diversos atores públicos e privados, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Apucarana, a Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMAP), o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), o Sindicato Rural Patronal de Apucarana, entre outras entidades do meio ambiente. O projeto era financiado pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente, que recebia recursos, principalmente, da Sanepar e do ICMS Ecológico.

Após o estabelecimento de todos os critérios – por parte da equipe gestora do programa – para a realização do Projeto Oásis e do estabelecimento do dispositivo – Lei Municipal nº 058/09 (APUCARANA, 2009b), os produtores rurais foram informados sobre a criação do programa e



convocados para uma reunião de apresentação. Em um segundo momento, posteriormente a apresentação do projeto e seus objetivos, os produtores rurais que aceitaram participar do programa tiveram que proceder da maneira estabelecida por outro dispositivo criado para este fim – a Instrução Técnica nº 01/09:

1. O Proprietário terá que protocolar junto à Prefeitura Municipal de Apucarana, requerimento de intenção para a participação no Projeto Oásis, contendo seus dados pessoais, os dados de sua propriedade, anexando cópias do Registro Geral (Carteira de Identidade) e do Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) (APUCARANA, 2009c).

Após o proprietário rural declarar interesse em participar do programa, a Secretaria do Meio Ambiente e Turismo tomaria as providências a seguir:

2. Recebido o requerimento o Setor de Protocolo encaminha para a Secretaria do Meio Ambiente e Turismo, que fará a vistoria “*in loco*”, e emitirá o respectivo relatório, que será submetido ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, para aprovação;
 - 2.1. Aprovado o relatório, será efetuada a medição da vazão, para o cálculo do apoio financeiro nos termos do Art. 6º do Decreto nº 107/09, de 23/03/09;
 - 2.2. Se o relatório não estiver de acordo o Departamento de Meio ambiente, elabora o Projeto Técnico e o TAC (Termo de Ajuste de Conduta), para conhecimento e providências do Proprietário;
3. Depois de aprovado o relatório, com a medição da vazão, é elaborado o respectivo Laudo de Vistoria Técnica, constando o número da Agência, a Conta Corrente ou Poupança do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, para depósito, sendo encaminhado para a Procuradoria Jurídica do Município, para análise dos documentos e elaboração do Parecer sobre o cumprimento das formalidades, e posterior encaminhamento para a Fazenda Municipal;
4. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, deverá realizar anualmente o Relatório de Monitoramento, que será juntado ao Processo Original (APUCARANA, 2009c).

Portanto, a participação dos proprietários rurais no programa se dava por meio de um contrato assinado por eles, que se comprometiam a cumprir todas as exigências postuladas pelo Decreto Municipal nº 107/09 – dispositivo que *regulamentou a Lei Municipal nº 058/09*. Para beneficiar-se do projeto, de acordo com o artigo 2º do Decreto Municipal nº 107/09 (APUCARANA, 2009a), os proprietários rurais deveriam cumprir as seguintes exigências:

- I – Averbação da reserva legal, que deverá estar reflorestada ou em processo de reflorestamento;
- II – Estar com todas as matas ciliares reflorestadas com 30m (trinta metros) de largura para cada margem, de qualquer curso d’água até 10m (dez metros) de largura (de acordo com a Lei nº 4.771/65);
- III – O entorno da nascente deverá estar reflorestado num raio de 50m (cinquenta metros) (de acordo com a Lei nº 4.771/65);
- IV – Ter em sua propriedade o controle de erosões através de construção de curvas de níveis e caixas de contenção da água da chuva, a fim de evitar o assoreamento das nascentes e riachos que banham a sua propriedade;



- V – Acatar e executar todas as observações e orientações feitas pelos técnicos da SEMATUR (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo), quanto ao processo de reflorestamento;
- VI – Realizar o cadastro anual de sua propriedade junto a SEMATUR, até 05 de junho;
- VII – Permitir a vistoria regular dos técnicos responsáveis pelo projeto.

Quanto a remuneração, também prevista no Decreto Municipal nº 107/09 (APUCARANA, 2009a), inicialmente levou-se em consideração a referência da Unidade Fiscal do Município (UFM), observando a vazão das nascentes, ou seja, o volume de água despendido por hora, cuja racionalização se dava da seguinte forma:

- I – Para nascentes com volume de água superior a 3.000 l/h (três mil litros/hora) – 03 (U.F.M.);
- II – Para nascentes com volume de água superior a 1.500 l/h (mil e quinhentos litros/hora) – 02 (U.F.M.);
- III – Para nascentes com volume de água superior a 500 l/h (quinhentos litros/hora) – 01 (U.F.M.);
- IV – Para nascentes com volume de água até 499 l/h (quatrocentos e noventa e nove litros/hora) – ½ (U.F.M.).

Em um segundo momento e após parceria da SEMATUR com a Fundação O Boticário, regulamentou-se, através de um novo dispositivo, o Decreto Municipal nº 076/2010 (APUCARANA, 2010), a utilização de uma planilha de remuneração que compreendia todas as variáveis do projeto e estabelecia o valor de pagamento para cada propriedade rural cadastrada. Essa planilha de remuneração consistia em um dispositivo, segundo a definição de Dodier e Barbot (2017), pois objetivava padronizar o método de remuneração das ações ambientais.

Durante a participação do produtor rural no programa, as propriedades rurais eram fiscalizadas por técnicos e pelo coordenador do projeto para verificação do cumprimento das exigências previstas e a permanência no programa. O proprietário rural que descumprisse qualquer exigência do Decreto Municipal nº 107/09 tinha o seu contrato rescindido e parava de receber o benefício do programa. Assim sendo, a fiscalização das propriedades rurais também consistia em um dispositivo de controle.

Após a derrota do candidato da situação nas eleições municipais de 2012, o Projeto Oásis, apesar dos expressivos resultados alcançados, foi interrompido sob justificativas controversas. Porém, o foco deste estudo não recai sobre a fase de extinção do projeto, uma vez que a sua concepção e implementação apresentam elementos relevantes para investigação.



A EXPERIÊNCIA EM FOCO

A coleta de informações mostrou inúmeras situações presentes na configuração do Projeto Oásis em Apucarana, Paraná, que retratam a experiência vivenciada por diversos atores sociais envolvidos. Dos relatos de agentes públicos é possível extrair que existem peculiaridades no projeto desenvolvido em Apucarana, que, enquanto prática, apresenta uma situação diferenciada das demais localidades que adotaram a ação de retribuição por pagamentos em relação a serviços ambientais. Um dos entrevistados, quando questionado sobre a experiência de Apucarana, é enfático ao afirmar que é um projeto pioneiro no Paraná. A iniciativa da experiência do Projeto Oásis se constituiu em Apucarana a partir de uma necessidade que foi constatada por ações atuadas pelo Ministério Público, relacionadas com processos de crimes ambientais. “[...] Aparece na minha mesa 103 processos do Ministério Público em relação aos pequenos produtores [...] que estavam cometendo crimes ambientais. [...] As nascentes sem nenhum tipo de conservação, [...] enfim, [...] de alguma forma, estavam em dívida com as leis ambientais” (ENTREVISTA III).

A partir do fato constatado pelo agente público entrevistado, se percebeu a necessidade de resolver a problemática em relação aos crimes ambientais que eram levantados pelo Ministério Público. Os crimes envolviam questões relacionadas ao manuseio indevido das áreas de propriedades rurais do município de Apucarana. Dos problemas levantados, um dos principais enfatizados era a conservação das nascentes, mas o que primeiro chamava a atenção do agente público era as pessoas que estavam envolvidas nos processos, pois se tratava de pequenos produtores rurais, que possuíam pouco conhecimento sobre os impactos que estavam gerando ao meio ambiente.

[...] Eu fiz questão de ir pessoalmente [...] tentar entender a real situação. [...] Eu percebi que havia alguma coisa absolutamente errada, porque eram ... primeiro que eram uns coitados, pequenos proprietários com dificuldade de sobrevivência. [...] Realmente eles estavam em dívida com a questão ambiental. As matas ciliares às vezes não existiam, as nascentes não estavam conservadas, [...] eu reconheço isso. Mas [...] eu percebi duas questões, eram pessoas absolutamente boas, idôneas. [...] Você percebe que são pessoas humildes, pessoas extremamente bem intencionadas, não tem maldade nenhuma, e eu percebi que era basicamente sobrevivência mesmo (ENTREVISTA III).

Além da situação dos proprietários rurais alegada pelo agente público, ele também destacou que, para muitos, respeitar a normativa representava praticamente ter que conservar toda a sua propriedade rural. Ao serem consideradas as dimensões da propriedade rural, respeitando os limites impostos pela lei, praticamente seria uma situação que inviabilizaria a sobrevivência do proprietário. Nota-se a necessidade da conscientização sobre os problemas ambientais que estavam



ocorrendo na região e a importância de que os proprietários rurais entendessem os benefícios da preservação do território, mesmo que não representasse vantagem para eles.

[...] Vamos falar em alqueires. [...] Veja bem, tem o corregozinho, [...] mas ele tem 3 nascentes. Aplique a lei em 3 nascentes com 50 metros de raio [...] numa propriedade de 4 alqueires pra você ver o que sobra pra você, você não sobrevive. Faça depois as contas, quanto que dá isso em área. Significa que você perdeu metade da propriedade, você não vai poder mexer pra conservar essas 3 minas, pra ser bem fiel a lei. [...] Bom, agora eu estou sendo punido, olha só, está correto, [...] eu tenho que preservar as 3 minas, eu tenho que fazer a minha mata ciliar e tem a reservinha legal (ENTREVISTA III).

Segundo colocações do agente público sobre a situação da preservação ambiental das propriedades rurais, os proprietários entendem a necessidade dessa ação. Entretanto, enfatiza que o pagamento pelos serviços prestados pelo proprietário seria uma forma de compensá-los por não terem culpa e ser justa a contribuição que eles estão fazendo pela sociedade. Caso não existisse essa retribuição pelo serviço prestado, os proprietários continuariam transgredindo a lei.

[...] Bom, significa pura e simplesmente que eu não tenho o que fazer com a propriedade, eu não vou sobreviver. Agora, engraçado, eu vou conservar [...] as 3 minas, por exemplo, [...] eu não estou preservando pra mim, eu estou preservando para a sociedade toda. Então espera aí um pouquinho, no mínimo é justo que a sociedade me pague. Bom, aí tudo bem, eu não vou plantar aqui, eu não vou mexer, eu vou preservar, porque eu estou produzindo água pra todo mundo, não é pra mim, mas eu vou ter que de alguma maneira, olha, eu estou prestando um serviço e devo ser pago, porque senão eu não sobrevivo, eu vou o tempo inteiro tentar burlar isso pra minha sobrevivência (ENTREVISTA III).

A situação destacada pelo agente público mostra uma situação complexa diante do fato de existir um consenso entre as partes. Havia a necessidade de que a lei fosse cumprida, mas era preciso encontrar uma solução que pudesse contemplar a situação posta e que possibilitasse uma conciliação entre as partes. Apesar da existência da lei, era necessária uma ação que permitisse ajudar as pessoas envolvidas, de modo que elas se adequassem e contemplassem de forma consciente o que a lei destacava sobre as regras a serem seguidas para a devida conservação ambiental do território.

[...] Eu comecei a perceber isso. Eu dizia o seguinte: como que eu vou punir esse povo? Não tem lógica, alguma coisa está errada aí no sistema. Eles são bons, eles são trabalhadores, eles não são bandidos. E agora é engraçado, [...] muita violenta e [...] a lei é muito dura e impiedosa. [...] Eu mandei parar, eu preciso conversar melhor com o Ministério Público e tal. Nós vamos ter que suspender isso até achar uma outra saída, porque não tem como. Aí eu percebia também que alguns, realmente, ainda não tinham consciência. [...] Vamos achar alternativas, porque eles não são bandidos [...]. Então, foi a primeira coisa, mandamos parar e conseguir dar um prazo maior, ver realmente o que faz, mas sem penalizar esse povo. Era muito desesperador, você chegava lá e a pessoa chorava (ENTREVISTA III).

A situação conduziu a concepção do Projeto Oásis em Apucarana, que seria uma forma de resolver as ações levantadas pelo Ministério Público sobre os problemas de crimes ambientais e ajudar os proprietários rurais na manutenção adequada da conservação ambiental do território. O idealizador do programa ambiental pretendia “transformar esses produtores em produtores de água. Eles já são produtores de soja, produtores de café [...]. Então, vamos fazer produtores de água. [...] Mas, a sociedade tem que pagar de alguma forma” (ENTREVISTA III). Além de conceber a ideia do Projeto, ele também concebeu o seu nome, por imaginar numa visão do alto, as nascentes preservadas envoltas de mata ciliar no meio dos diversos tipos de plantações. “Eu imaginava exatamente as nascentes, porque a minha questão maior era como preservar [...]. Então, você veja bem, se você tem aquela matinha já de volta [...], você vai tendo pequenos oásis. Eu sei que lá tem uma mina [...]. Projeto Oásis (ENTREVISTA III).

O relato de proprietários rurais destaca a situação em que foram realizados levantamentos sobre as propriedades para verificar os recursos hídricos existentes e observadas as irregularidades existentes em cada território. A ação do Ministério Público e a atuação da prefeitura em relação ao cumprimento da legislação, de acordo com depoimentos, abrangia o respeito a conservação das margens dos rios e a preservação de sua flora. Os proprietários informaram sobre a relação da problemática com as formas de utilização da terra, como o exemplo da criação de gado, que acabava prejudicando as margens do rio quando o rebanho se deslocava para ter acesso à água. Um dos proprietários rurais enfatiza os danos causados ao rio pela criação de gado:

[...] Nós tínhamos gado ali [...] e a criação bebia água lá no rio. Então, eles acharam que... realmente ela estraga. Por exemplo, vai nascer uma mudinha ali, o bicho já come, já atrapalha. [...] Já come e ela não cresce [...]. Então, não forma a vegetação que o rio tem que ter, [...] a reserva. Aí nós fomos intimados pelo promotor para ir lá, [...] todos os que moravam nessa região aqui. Na beira do rio, que o rio passa aqui. Está vendo ali o mato? [...] Aqui é bacia Pirapó (ENTREVISTA XI).

Para resolver a problemática, a prefeitura realizou uma reunião de forma a explicar para aqueles que tinham sido autuados que o objetivo era que nenhum proprietário rural fosse prejudicado. O importante era estabelecer um acordo em que cada proprietário rural pudesse adequar-se a normativa de modo a contemplar a conservação e a preservação dos rios e minas que estavam localizados em suas propriedades. Segundos os entrevistados, ainda não se tratava do Projeto Oásis. Esse seria apresentado em outra reunião, sem a participação dos proprietários rurais na concepção e elaboração do projeto, com a intervenção da iniciativa privada através de uma fundação.

[...] Aí nós fomos lá, teve uma reunião com ele. Até ele falou que a intenção dele não era prejudicar ninguém, nem punir ninguém. Era pedir uma colaboração nossa [...] para que nós fechássemos 30 metros do rio para cima da propriedade, [...] para poder conservar e plantar árvores, essas coisas [...]. Essa foi a primeira, aí tudo certo. [...] Mas isso não tinha nada a ver com o Projeto Oásis. [...] Esse era outra coisa. [...] Eles fizeram um levantamento primeiro da área toda. A gente nem sabia [...]. [*Levantamento das propriedades na bacia*] Do rio Pirapó aqui, todas as propriedades. Aí marcou uma reunião com todos os que faziam parte dessa bacia na prefeitura. E lá que foi falado que era um Projeto Oásis que ia acontecer, era patrocinado também pela... como é o nome daquela perfumaria que eu falei (ENTREVISTA XI)?

A reunião que foi realizada para falar sobre o Projeto Oásis buscou explicar o seu funcionamento e a participação da Fundação O Boticário. Nesse encontro, os proprietários foram informados sobre o que eles deveriam fazer e qual seria a contrapartida da prefeitura como forma de incentivar a participação de cada um deles. Segundo relatos, todos os proprietários rurais se colocaram à disposição para participar do projeto e ficaram cientes da forma de pagamento pelos serviços ambientais prestados e as questões técnicas do projeto. Mas, os proprietários rurais não participaram da concepção do programa ambiental.

[...] A [fundação] Boticário que ia bancar tudo [...] e mais um outro também que tinha lá. [...] Aí nós fomos na reunião. Aí lá foi explicado tudo certinho como que era. E quando você fosse... ia vir alguém na tua propriedade para avaliar quantas minas você tinha na propriedade. E dependendo da quantidade de minas era o quanto que você iria receber, [...] a vazão de água. [...] Um técnico [...] que aprovou os que iam receber e começou pagar. [...] Quanto mais minas você tinha na propriedade mais você ganhava, sabe? Então, quanto mais você tinha água, mais você ganhava. [...] Na realidade, esse projeto foi feito, fizeram o levantamento sem nós termos o conhecimento disso. Aí, depois fez a reunião na prefeitura e chamou [...] (ENTREVISTA XI).

O Projeto Oásis ganhou uma dimensão que envolveu órgãos públicos do estado do Paraná, além da participação da prefeitura de Apucarana. Esse momento inicial do projeto mostra como uma problemática parte da preocupação dos humanos em relação a um não humano – a água. Essa preocupação com a conservação dos recursos hídricos através da preservação das minas e rios do município fica evidenciada durante os momentos em que se desenvolve a situação para equacionar o problema levantado pelo Ministério Público. Assim, o não humano é representado através da preocupação gerada pela incoerência no cumprimento da legislação ambiental e pela constituição do projeto, ou seja, o não humano influencia as ações dos indivíduos (HOUDART; THIERY, 2011).

Em falas de diferentes atores sociais, a água ganha destaque pela sua importância para o bem-estar e a qualidade de vida da sociedade do município de Apucarana e região. De acordo com o ex-prefeito do município de Apucarana:

Muito se fala em preservação do meio ambiente. Há por aí belos discursos, mas nem sempre as coisas são realizadas. Sinto muito orgulho como gestor público, ter a certeza de que aqui em Apucarana promovemos ações práticas que lá na frente nos possibilitarão colher um fruto muito importante: água abundante e de qualidade (ICMS ECOLÓGICO, 2011).

Para o diretor-presidente do Instituto das Águas do Estado do Paraná durante o período de implementação do projeto:

A importância da água para a vida é fundamental. Podemos dizer que inicia aqui em Apucarana, nasce um novo Paraná. É um programa pioneiro no Estado, que vem ao encontro da modernidade quando se pensa na área do meio ambiente, e que quebra o paradigma antigo de que: se poluiu, tem que pagar pela poluição. Hoje faz-se justiça, são remunerados aqueles que preservam o meio ambiente [...] (ICMS ECOLÓGICO, 2011).

A relevância do não humano pode ser retratada até pela própria denominação atribuída aos proprietários rurais, que passaram a ser conhecidos como “produtores de água”. Cabe ressaltar o impacto do programa na biodiversidade da região, que mostra a amplitude da ação em relação a prática de constituição e implementação do projeto. Segundo o ex-secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Apucarana: “estamos à disposição para contribuir para que esta ideia seja disseminada e contribua para que mais “produtores de água” possam ser recompensados por fazerem a coisa certa” (ICMS ECOLÓGICO, 2011). Para o ex-coordenador do *Projeto Oásis* junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo: “também tem resultados positivos toda a biodiversidade. Hoje já há lugares que registram o aparecimento de ariranha, cobra, capivara, tucano, gralhas, entre outros animais que eram impensados sem a recomposição nativa” (ICMS ECOLÓGICO, 2011).

Fica evidente a relação estabelecida entre os produtores rurais e a manutenção e preservação das reservas hídricas. Os agentes públicos reconhecem que os produtores rurais devem ser vistos como um caminho e que, a partir das oportunidades, podem colaborar com a preservação da água. Portanto, há uma relação direta de dependência entre a ação dessas pessoas e a preservação do recurso. O ex-secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Apucarana afirma que eles “são trabalhadores e não vilões, como outrora eram chamados. Eles sabem trabalhar com a terra e só precisam de oportunidade e de reconhecimento pelo trabalho de preservação da água [...]” (SANEPAR, 2012). Para o gerente de Usos Sustentáveis da Água e do Solo da Agência Nacional das Águas (ANA) do período de vigência do Projeto Oásis:

Os produtores rurais estão demonstrando que fazem parte do único setor capaz de salvar o planeta. A sociedade urbana precisa reconhecer este serviço e lembrar, ao abrir as



torneiras das suas casas, que para ter água depende de produtores rurais que abriram mão da renda para preservar matas e nascentes [...] (SANEPAR, 2012).

Um ex-participante do projeto afirma que é uma obrigação cuidar devidamente da água, que ela é um bem a ser preservado independentemente da existência do pagamento realizado pelo ente municipal pelos serviços de proteção ambiental. Segundo o agricultor, “estou no projeto desde o seu início e acho muito importante. Nem que a prefeitura não pagasse, tenho pra mim que este cuidado é uma obrigação da gente. A água é um bem que temos que manter com qualidade, preservar [...]” (PREFEITURA DA CIDADE APUCARANA, 2013).

Em síntese, o conjunto dos relatos e demais informações obtido pela investigação demonstra a relação existente entre produtores rurais, agentes públicos e a figura não humana – a água. É perceptível que a água, antes da intervenção de agentes públicos, possuía uma figuração na situação que necessitava de dispositivos para a devida conservação dos recursos hídricos no município. Após a ação de agentes públicos sobre os atos indevidos praticados pelos produtores rurais em relação aos recursos hídricos, a água passou a ser uma figura de destaque, passando a ser representada pelos humanos na questão de buscar uma solução de adequação para a sua conservação. A importância da água adquiriu uma dimensão que ultrapassou os limites do município, chamando a atenção de outros atores sociais sobre a necessidade dos cuidados a serem realizados para a sua devida preservação. Os relatos dos entrevistados permitiram a visualização de uma realidade vivenciada que demonstra como a situação é constituída a partir de uma interação entre humanos e não humanos, os quais buscam delinear dispositivos que possibilitem o devido convívio entre as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a prática da realização do Projeto Oásis em Apucarana, Paraná, a partir de sua experiência de concepção e implementação permite um olhar diferenciado dos dispositivos constituídos a partir das relações estabelecidas entre humanos e não humanos. Fica evidente que a ação governamental estabelecida foi desenvolvida tendo por base ações que foram manifestadas por diferentes atores sociais.

A situação investigada demonstrou que a figura não humana ganhou destaque no cenário da realidade experienciada a partir dos proprietários rurais e agentes públicos. As interações existentes entre os proprietários rurais e os agentes públicos permitem visualizar a situação das ações que permeiam a coordenação e os atributos de poder. Ao ser constatado pelo município o



problema que envolvia os proprietários rurais com o descumprimento da lei, pode-se observar que a amplitude do problema ultrapassava o mero interesse do pagamento das penalidades, sendo necessária a existência de uma intermediação na preservação da figura não humana.

As ações iniciais permitem visualizar que a água é um fator de importância e de particularidades, que exige um olhar diferenciado em relação a prática coletiva a ser estabelecida na região. A situação passa a caracterizar-se de forma particular ao buscar meios que possibilitem equacionar a problemática e gerar por parte dos humanos um interesse e cuidado diferenciado em relação a figura não humana. Dentre as ações manifestadas pelos agentes públicos surge a bonificação por meio de pagamentos dos serviços ambientais desempenhados pelos proprietários rurais. Em paralelo, também se observa a conscientização, no sentido de entender que a conservação dos rios e minas deve ser acolhida como um dever, em uma perspectiva de ação comunitária solidária. Entende-se que, baseado em princípios de cidadania, surge o entendimento de que o ato de preservar é algo que deve ser desempenhado não pelo estímulo do pagamento monetário dos serviços ambientais prestados, mas pelo dever e compreensão da importância da água para a qualidade de vida da sociedade.

A água surge como a figura não humana de destaque que mostra claramente a relação de dependência mútua com os humanos. A água acaba sendo o fator influenciador de ações punitivas e da concepção e implementação de dispositivos que possibilitam o seu devido cuidado. Mesmo diante de uma situação anterior de descaso em relação a existência de cuidados devidos com a água, existe uma alteração da situação a partir do destaque de importância que a figura não humana adquire. A água passa a ser o eixo motivador para a configuração de novos dispositivos que permitem a sua adequada conservação.

Em síntese, o Projeto Oásis representa a materialização da importância que a água adquire no meio humano. A partir dos relatos e da experiência vivenciada pela investigação é possível observar a prática como fator imbricado nas relações de interações entre os proprietários rurais, agentes públicos e a água, sendo que ambos estão envolvidos em uma experiência de convívio e de dependência para que possa existir a manutenção consensual e adequada ao meio em que as interações são desenvolvidas. A água, o elemento não humano da prática situada, acaba sendo representada e representando o foco da atuação nas interações configuradas no dispositivo, isto é, na situação de concepção e implementação do Projeto Oásis no município de Apucarana, Paraná.



REFERÊNCIAS

APUCARANA. Decreto nº 107/09 de 23 de março de 2009. Regulamenta a Lei Municipal nº 058/09, de 18/03/2009, que dispõe sobre a criação do Projeto Oásis, e autoriza o Executivo Municipal a prestar apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências. **Câmara Municipal**, Apucarana, 2009a.

_____. Lei Nº 058/09 de 18 de março de 2009. Dispõe sobre a criação no Município de Apucarana, do “Projeto Oásis”, autoriza o Executivo Municipal a prestar apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais, conforme especifica e dá outras providências. **Câmara Municipal**, Apucarana, 2009b.

_____. Projeto de Lei nº 061/09 de 11 de março de 2009. Dispõe sobre a criação no Município de Apucarana, do "Projeto Oásis", autoriza o Executivo Municipal a prestar apoio técnico e financeiro aos proprietários rurais, conforme especifica e dá outras providências. **Câmara Municipal**, Apucarana, 2009c.

_____. Decreto nº 076/2010 de 25 de março de 2010. Estabelece os valores a serem pagos aos Proprietários dos Imóveis Rurais e Urbanos que se enquadrem no Programa do Projeto Oásis no Município de Apucarana, instituído pela Lei nº. 058/2009, de 18/03/2009, alterada pela Lei nº. 241/2009, de 30 de dezembro de 2009, conforme especifica. **Câmara Municipal**, Apucarana, 2010.

CAITANO, D. I. M. O. **No limite da razão**: a tensão, o deliberar e phronesis. Uma análise pragmática sobre as situações críticas de gestão no trabalho dos agentes no complexo penitenciário do Estado (COPE). 2016. 313 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CEFAI, D. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris. *In*: CEFAI, D.; MELLO, M. A. S.; VEIGA, F. B.; MOTA, F. R. (org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011, p. 67-102.

DEWEY, John. **Experiência e natureza**: Lógica: a teoria da investigação: A arte como experiência: Vida e educação: Teoria da vida moral. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 318p. (Os pensadores).

DODIER, N.; BARBOT, J. A força dos dispositivos. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 487-518, maio/ago. 2017.

GIRIN, J. L’analyse empirique des situations de gestion: éléments de théorie et de méthode. *In*: MARTINET, A. C (coord.). **Épistémologies et sciences de gestion**. Paris: Economica, 1990. p. 141-182.

GIRIN, J. A linguagem nas organizações: signos e símbolos. *In*: CHANLAT, J.-F. (coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. v. 3, p. 23-66.



HOUDART, S.; THIERY, O. **Humains, non-humains**: comment repeupler les sciences sociales. La Découverte: Paris, 2011.

HOUDART, S. Humanos e Não Humanos na Antropologia. Tradução de Dalila Floriani Petry. **ILHA**, v. 17, n. 2, p. 13-29, ago./dez. 2015.

ICMS ECOLÓGICO. **A experiência de Apucarana com o Projeto Oásis**. 2011. Disponível em: http://www.icmsecologico.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=105:aexperiencia-de-apucarana-com-o-projeto-oasis&catid=53:casos-de-sucesso&Itemid=78. Acesso em: 17 jul. 2017.

MAHNIC, C. L. P.; SANTOS, D. F.; VAN BELLEN, H. M. Um panorama dos objetivos de desenvolvimento sustentável nas capitais brasileiras. **Revista Grifos**, v. 29, n. 50, p. 52-74, set./dez. 2020.

MILLS, Wright. Situated Actions and Vocabularies of Motive. **American Sociological Review**, v. 5, n. 6, p. 904-913, 1940.

OLIVEIRA, N. F. R. de; OLIVEIRA, E. S. F. de; FERREIRA, M. E. M. C. Análise da paisagem de Apucarana como recurso turístico e sua preservação ambiental. *In*: Encontro Regional de Geografia XXII e Semana de Geografia Maringá, 2014, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2014. p. 539-552.

PEIRCE, C. S. **Como Tornar nossas ideias claras**. Tradução de António Fidalgo. Lusosofia: Press, 1878.

PREFEITURA DA CIDADE APUCARANA. **Minas e nascentes do Projeto Oásis são georeferenciadas**. 2013. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/Minas-e-nascentes-do-Projeto-Oasis-sao-georeferenciadas/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

QUÉRÉ, L. La situation toujours négligée? **Réseaux**, v. 15, n. 85, p. 163-192, 1997.

_____. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-74, 2005.

REZENDE, Gustavo Matarazzo. **Gestão de Unidades de Conservação Ambiental**: perspectivas pragmáticas e organizacionais. 2017. 271 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANEPAR. **Projeto Oásis já recuperou 613 nascentes em Apucarana**. 2012. Disponível em: <https://site.sanepar.com.br/noticias/projeto-oasis-ja-recuperou-613-nascentes-em-apucarana-0>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

